



SEGURANÇA SOCIAL
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

**WORKSHOP SOBRE
SEGURANÇA SOCIAL, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE**

NORMALIZAÇÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA

Nélia Maria de Campos Pozzi

**Diretora Presidente do SINDAPP – Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de
Previdência Complementar**



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

MARCOS HISTÓRICOS DA NORMATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Emenda Constitucional nº 20
16/12/98

Lei Complementar nº 108 (Públicas) 29/05/01

Lei Complementar nº 109 (Privadas) 29/05/01

LEI

nº 11.053

29/12/04

Tratamento

Tributário

DECRETO

nº 4.942

30/12/03

Fiscalização

Penalidades

RESOLUÇÕES CMN

nº 3.792 – 24/09/09

nº 4.275 – 31/10/13

Diretrizes das
Aplicações

RESOLUÇÕES CGPC / CNPC

nº 6 – 30/10/03

Portabilidade / Resgate BPD

nº 12 – 17/09/02 e nº 3 – 22/05/03
Instituidor

nº 18 – 29/03/06
Parâmetros Atuariais

nº 13 – 01/10/04
Controles Internos

nº 29 – 31/08/09
Despesas Administrativas

nº 8 – 31/10/2011
Normas contábeis

nº 9 – 29/11/2012
Taxa Máxima de Juros

nº 26 - 01/10/08 e nº 10 – 19/12/2012
Déficit / Superávit

nº 11 – 13/05/13
Retirada de Patrocínio

PAPEL DO ESTADO NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- ✓ formular a política de previdência complementar, com o objetivo de compatibilizá-la com o desenvolvimento social e econômico do País.
- ✓ determinar padrões mínimos de segurança para preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos.
- ✓ fiscalizar e aplicar penalidades.
- ✓ assegurar a transparência dos planos em favor dos participantes e assistidos e, proteger seus interesses.

OS ÓRGÃOS DE NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

Conselho Nacional de Previdência
Complementar
CNPC
(Regulação)

Câmara de Recursos da Previdência
Complementar
CRPC
(Instância recursal)

Superintendência Nacional de
Previdência Complementar
PREVIC
(Supervisão)

Secretaria de Políticas de
Previdência Complementar
SPPC/MPS
(Formulação de política)

CNPC: COMPETÊNCIA E ESTRUTURA

- Responsável pela **regulação** do regime de previdência complementar
- Composição (8 membros – 5 do poder público e 3 representantes do Sistema):
 - Ministro da Previdência Social (Presidente)
 - Previc
 - SPPC
 - Casa Civil da Presidência da República
 - Ministério da Fazenda
 - Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão
 - Representante das entidades fechadas de previdência complementar – Abrapp e Sindapp
 - Representante das patrocinadoras e instituidores de planos de benefícios
 - Representante dos participantes e assistidos - Anapar

Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC

A pluralidade de representação garante que todos os interessados e relacionados com a previdência complementar tenham direito à manifestação e contribuição.

Visão holística e negociação constante



CRPC: COMPETÊNCIA E ESTRUTURA

- Aprecia e julga os recursos interpostos contra decisões da Diretoria Colegiada da Previc referentes a autos de infração e aos lançamentos tributários da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic).
- Composição (7membros – 4 servidores federais e 3 representantes do Sistema):
 - 4 servidores titulares de cargos de provimento efetivo, com exercício no Ministério da Previdência Social, Previc ou no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
 - Representante das entidades fechadas de previdência complementar – Sindapp e Abrapp
 - Representante das patrocinadoras e instituidores de planos de benefícios
 - Representante dos participantes e assistidos – Anapar

Câmara de Recursos da Previdência Complementar CRPC

*A composição legitima o caráter técnico,
independência e autonomia da Câmara*



SPPC: COMPETÊNCIA E ESTRUTURA

Secretaria de Políticas de
Previdência Complementar
SPPC/MPS

- Órgão que compõe o Ministério da Previdência Social e é responsável pela **formulação de políticas de previdência complementar**, visando sua estabilidade e sustentabilidade no longo prazo, bem como seu fomento.
- Composição:
 - Secretário de Políticas de Previdência Complementar
 - 02 Diretores

PREVIC: COMPETÊNCIA E ESTRUTURA

- Autarquia responsável pela **fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar**
- Vinculada ao Ministério da Previdência Social possui **autonomia administrativa**
- **Patrimônio e receitas próprias**, dentre elas a TAFIC
- Quadro profissional especializado - concurso público
- Metas de gestão
- Composição:
 - Diretoria Colegiada
 - Procuradoria Federal
 - Coordenações Gerais
 - Ouvidoria
 - Corregedoria



**Superintendência Nacional de
Previdência Complementar
PREVIC**

DESAFIOS AINDA PERSISTEM...

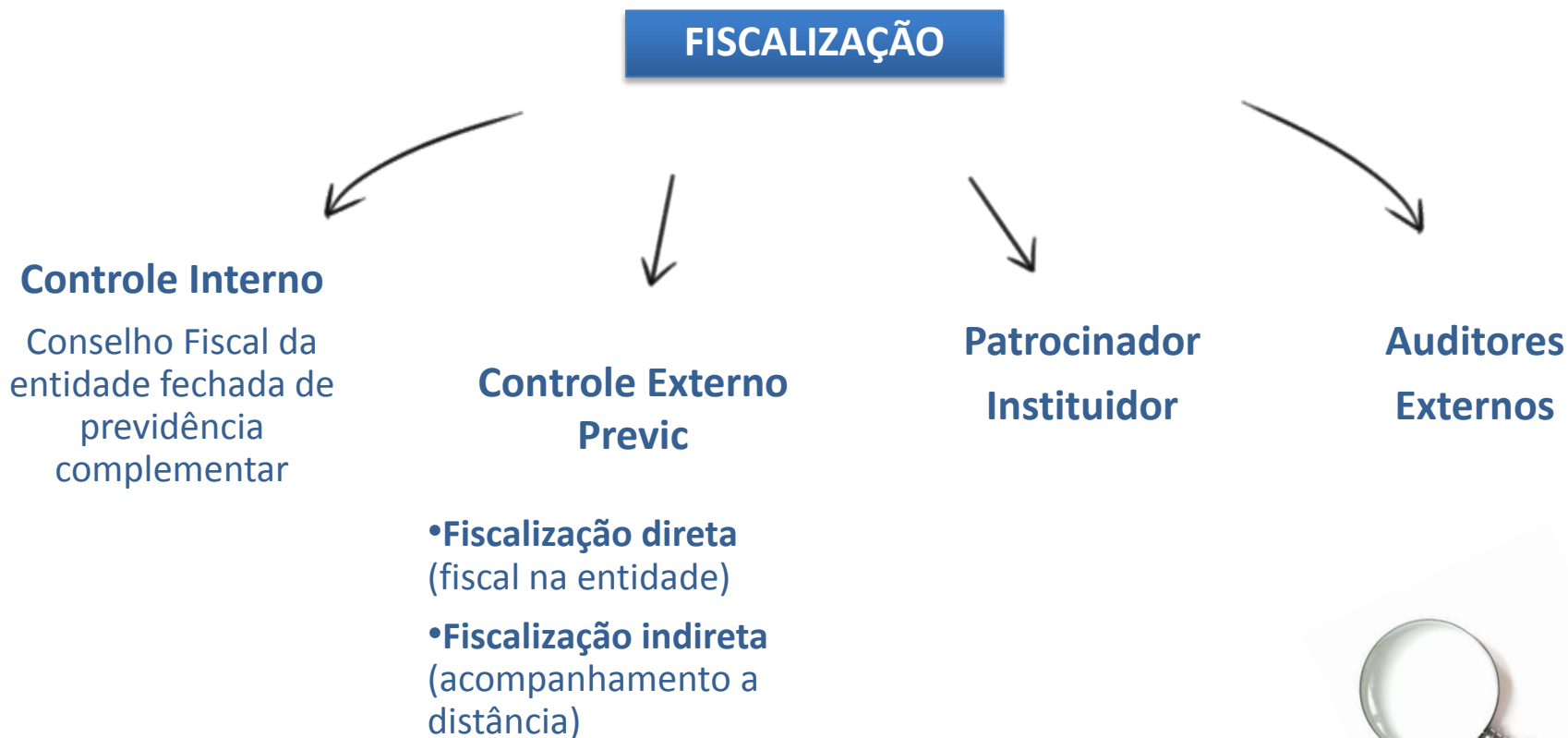


- ✓ Órgão de Estado e não de Governo
- ✓ Pessoal tecnicamente capacitado e em quantidade adequada
- ✓ Prestação de contas da TAFIC

PREVIC: PODERES E DEVERES

- ✓ fiscalizar as atividades das EFPC e suas operações;
- ✓ apurar e julgar infrações e aplicar as penalidades cabíveis;
- ✓ autorizar:
 - a constituição e o funcionamento das EFPC
 - as operações de fusão, de cisão, de incorporação ou de qualquer outra forma de reorganização societária das EFPC
 - a celebração de convênios e termos de adesão por patrocinadores e instituidores, bem como as retiradas de patrocinadores e instituidores
 - as transferências de patrocínio, grupos de participantes e assistidos, planos de benefícios e reservas entre EFPC
- decretar intervenção e liquidação extrajudicial das EFPC;
- nomear administrador especial de plano de benefícios específico;
- promover a mediação e a conciliação entre as EFPC e entre estas e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores, bem como dirimir os litígios que lhe forem submetidos, conforme legislação aplicável.

O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO



A RESPONSABILIDADE DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Responsabilidade dos Gestores
Regime Disciplinar Lei nº 109/01

**Responsabilidade
Civil – art. 63**

**Responsabilidade
Penal – art. 64**

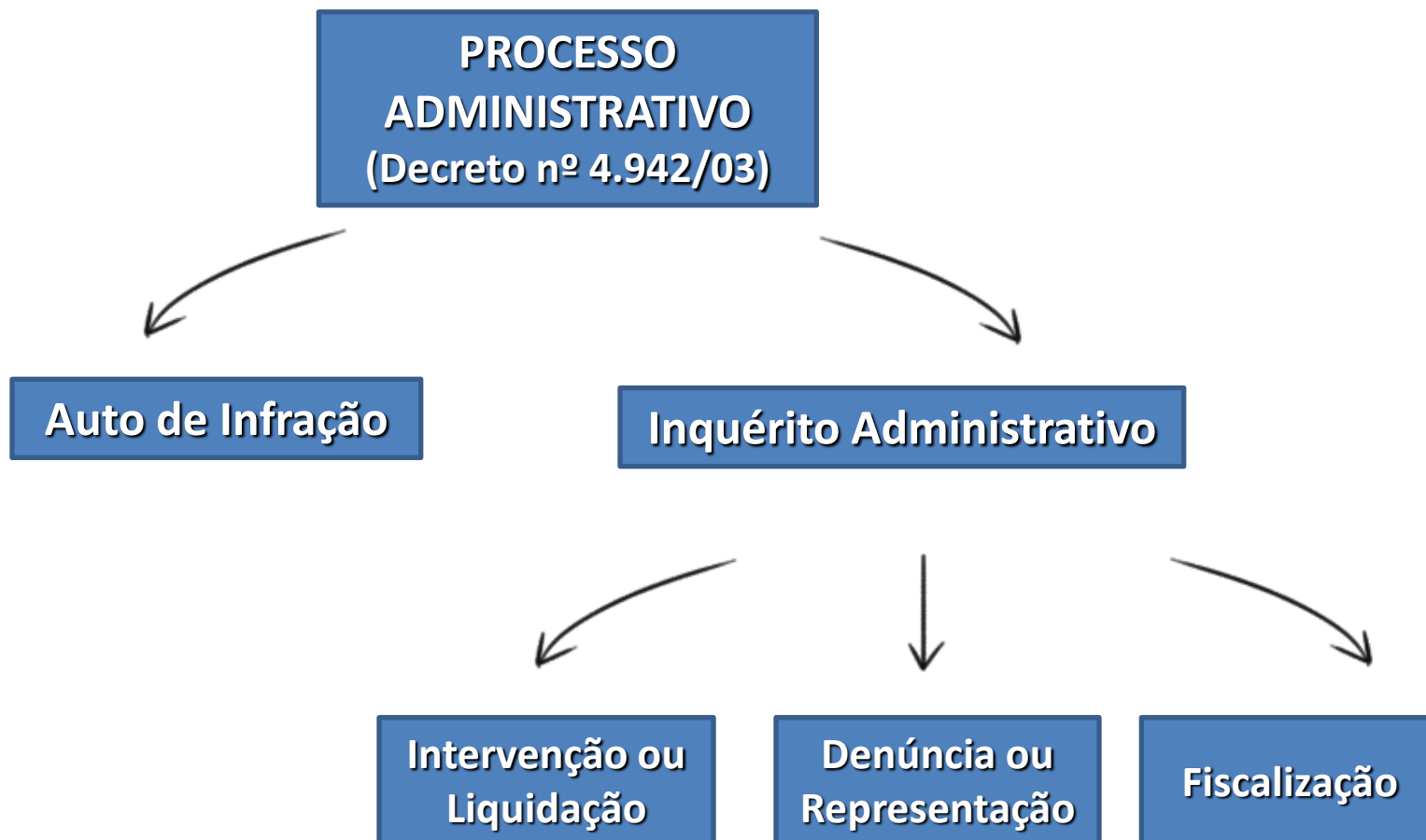
**Responsabilidade
administrativa – art. 65**

RESPONSABILIDADE E DEVERES

- Diligência
- Lealdade
- Informação
- Não intervenção em negócios conflitantes
- Reta condução



REGIME REPRESSIVO: FUNCIONAMENTO



REGIME REPRESSIVO: PENALIDADES

- **Advertência**
- **Suspensão**
- **Inabilitação**
- **Multa**
- **Atenuantes**
 - Inexistência de prejuízos
 - Regularização do ato
- **Agravantes**
 - Reincidência
 - Obtenção de vantagens
 - Falta de providências para reparação

REGIME REPRESSIVO: PRESCRIÇÃO E EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

- Prescreve em 5 anos a ação punitiva (decadência)
- Prescreve o procedimento paralisado por mais de 3 anos

- **Interrupção** {
 - Notificação do atuado
 - Qualquer ato inequívoco
 - Decisão condenatória recorrível
- **Extinção** {
 - Morte do infrator
 - Prescrição administrativa



O Regime Repressivo aplicado às Entidades de Previdência Complementar traz penalidade 'eternas', contra a própria Lei, o que de certa forma, cerceia o crescimento do Sistema

SUPERVISÃO BASEADA EM RISCOS: CONCEITO

- Originada em outros mercados de serviços financeiros;
- Definição da IOPS:
 - propõe variar o escopo e intensidade da fiscalização de acordo com o nível de riscos;
 - abordagem mais ‘sofisticada’ do que a supervisão por conformidade;
 - permite que os escassos recursos da fiscalização sejam voltados para os fundos de pensão considerados de maior risco;
 - permite que a agência de supervisão adote uma atitude mais pró-ativa, evitando problemas em potencial antes que os mesmos se materializem
- A sua aplicação varia de país para país.

SUPERVISÃO BASEADA EM RISCOS: CARACTERÍSTICAS

- Abordagem Tradicional: conformidade com as leis e regulamentos, tendo como foco mais perceptíveis os fatos presentes e passados
- Abordagem Baseada em Riscos: centrada em eventos futuros, aspectos das atividades do regulado sujeitos a maiores riscos, contemplando especificidades

TRADICIONAL	BASEADA EM RISCOS
Reativa	Proativa
Prescritiva	Prudencial
Conformidade	Escopo ampliado
Uniformidade	Diferenciação
Induz a evitar riscos	Induz à gestão de riscos
Maior relação esforço/resultado	Menor relação esforço/resultado
Visão mais pontual	Visão sistêmica e pontual
Intermitente	Contínua
Aplicação de Sanções eminentemente	Prevenção e correção prioritariamente

SUPERVISÃO BASEADA EM RISCOS: APLICAÇÃO NO BRASIL

Só foi possível em razão da Resolução nº 13, que introduziu a cultura de controles de riscos – **Divisor de águas na gestão**



DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PARA SUA PLENA ADOÇÃO

- ✓ Procedimento não padronizado nos escritórios regionais
- ✓ Alta rotatividade das equipes
- ✓ Fiscais oriundos de outros órgãos de gestão
- ✓ Baseado em regras
- ✓ Tratamento igual aos desiguais, seguindo os parâmetros da legislação que não contempla a heterogeneidade do Sistema

TRANSFERÊNCIA DE RISCOS E O RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE SEGUROS

- **Proteção de Atos Regulares de Gestão**

D&O – Fundos de Pensão: seguro para proteção dos atos regulares de gestão pelos membros dos órgãos de governança da EFPC e se destina à cobertura de despesas de custeio de defesa nas esferas administrativa e judicial.

- **Risco de Longevidade – mercado ainda não desenvolvido satisfatoriamente no Brasil**

- Resseguro

- Início tardio com monopólio estatal – abertura do mercado (2007)
 - Limitações regulatórias

- Fundo de Solvência

- Dependência da instituição por lei e a possibilidade de pública

- Na Europa e nos Estados Unidos, algumas alternativas têm sido adotadas e bem sucedidas: swap de longevidade, buy-ins, buyouts e LDI.

COMPARTILHANDO A EXPERIÊNCIA DO MODELO BRASILEIRO

- ✓ As atividades desenvolvidas pelas entidades de previdência complementar possuem alto grau de complexidade, o que exige do aparato da fiscalização a adequada especialização;
- ✓ Os poderes da fiscalização alcançam também os patrocinadores e prestadores externos de serviços, sendo importante a integração e qualificação dos diversos atores;
- ✓ A fiscalização precisar ter “olhar” diferente para os desiguais;
- ✓ A fiscalização deve apresentar claramente aos gestores e conselheiros, no início dos processos, os objetivos do trabalho e, ao final, as conclusões;

COMPARTILHANDO A EXPERIÊNCIA DO MODELO BRASILEIRO

- ✓ Havendo condições de sanar irregularidades, caso não tenha ocorrido prejuízos materiais, o auto de infração deve ser dispensado;
- ✓ A supervisão baseada em riscos tem como contrapartida a **gestão baseada em riscos**;
- ✓   recomendável uma visão sist mica de todos os riscos que possam comprometer a estabilidade dos planos, criando-se uma cultura pautada na avaliação de riscos e controles internos;
- ✓ A adoção de Código de  tica e Princípios de Conduta é fundamental para a elevação do padrão de governança e proteção dos atos regulares de gestão.

Obrigada